

Devir construtoras: experimentando lugares físicos e subjetivos de autogoverno

FLÁVIA FERNANDES CARVALHAES*

ALEJANDRA ASTRID LEON CEDEÑO**

A Clarice Crispiniano (*in memoriam*), cujo sorriso, temperos e
potência coloriram as paredes da casa que reerguemos coletivamente;

A Reinaldo Tachinha, o grande construtor.

Resumo: Este texto reflete sobre a experiência de autoconstrução que possibilitou a recuperação de um espaço comunitário de forma autogovernada e potente. Em um primeiro momento, será problematizada a cartografia como o caminho de investigação que subsidiou esta análise. Em seguida, buscaremos um diálogo entre os conceitos de “reconstrução responsável” e “saberes localizados” de Donna Haraway (1999); o conceito de “corpo” problematizado por Elis Telles (2015); e o conceito de “devir” tal qual articulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Na continuidade, analisaremos a revisão em nossos corpos de alguns princípios da Psicologia Comunitária do Cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2012). Ao longo dos dois subtópicos anteriores serão apresentados alguns relatos dos mutirões de reconstrução realizados. O texto finaliza com a reflexão sobre o que estamos construindo em termos de conceitos e práticas afins à democracia participativa, em lampejos cotidianos de autogoverno.

Palavras chaves: autoconstrução; cartografia; Psicologia Comunitária do Cotidiano

Abstract: This text reflects on the experience of self-construction that allowed the recovery of a community space. In a first moment, cartography will be problematized as the research path that subsidized this analysis. Next, we will seek a dialogue between the concepts of "responsible reconstruction" and "localized knowledges" by Donna Haraway (1999); The concept of "body" problematized by Elis Telles (2015); And the concept of "becoming" as articulated by Gilles Deleuze and Félix Guattari (1997). In continuity, we will analyze the review in our bodies of some principles of Community Psychology of Daily Life (LEÓN CEDEÑO, 2012). Throughout the two previous subtopics will be presented some reports of reconstruction efforts undertaken. The text ends with a reflection on what we are building in terms of concepts and practices related to participatory democracy, in daily flashes of self-government.

Key words: self-construction; cartography; Community Psychology of Everyday Life.



* FLÁVIA FERNANDES CARVALHAES é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Psicóloga do CREAS 2 de Londrina na política pública de Assistência Social.

** ALEJANDRA ASTRID LEON CEDEÑO é Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professora efetiva do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina e dançarina da companhia Rhamza Alli – Escola de Dança do Ventre.

Este artigo tem o objetivo de problematizar a experiência de reconstrução coletiva da Associação Ciranda da Cultura, uma organização comunitária fundada e autogovernada pelos moradores de um bairro de periferia em uma cidade de médio porte no Estado do Paraná, a partir das experiências de duas psicólogas sociais.

A experiência implica em um “processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais” (DE LAURETIS, 1994, p.228), sendo ela marcada por disposições, associações, percepções e discursos que se articulam no cotidiano. A experiência de autogoverno se refere à multiplicidade de processos subjetivos, políticos e culturais de autonomia que têm se conectado e disseminado pelo continente latino-americano, principalmente, em etnias indígenas, estabelecendo um modo de governo que pretende modificar as instituições estatais em territórios autônomos (GONZÁLEZ; BURGUETE; ORTIZ, 2010). Neste caso, nos referimos ao autogoverno cotidiano e crescente de um lugar que articula experiências coletivas, tecidas de baixo para cima.

Essa experiência de autogoverno a que nos referimos é o processo de reconstrução da Associação Ciranda da Cultura, organização que surgiu após quatro anos (1994-1998) de ações itinerantes desenvolvidas pelos moradores de um bairro de classe popular de uma cidade de médio porte no Estado do Paraná. No ano de 1998, o “Ciranda”, assim como denominado pela população local, funcionou na casa de uma moradora da região, tendo assumido endereço fixo entre os anos de 1999 a 2016, devido à obtenção gratuita de uma sede mediante contrato de

comodato assinado pela imobiliária proprietária do imóvel. Entre os anos de 2013 a 2016, contudo, o aluguel da sede começou a ser cobrado, sendo o pagamento viabilizado por meio de doações de uma Instituição local, bem como de parte da verba de um Projeto Municipal de Incentivo à Cultura. As moradoras organizadoras nunca pagaram aluguel.

Na primeira metade do ano de 2016, no entanto, as dificuldades financeiras aumentaram e os membros do Ciranda solicitaram à direção da Conselho Nacional de Habitação (COHAB) que lhes cedesse o espaço do Centro Comunitário do bairro, que estava em situação de abandono e parcialmente destruído. Depois de prolongadas negociações, o espaço foi concedido sob as condições de que a reconstrução da casa ficasse sob a responsabilidade dos membros do Ciranda e, principalmente, que a associação mantivesse o compromisso de desenvolver constantes ações voltadas para a comunidade local.

Os membros do Ciranda aceitaram a proposta e com o apoio da comunidade local, estudantes, professores universitários, artistas do movimento de rua e de outros profissionais, articularam mutirões de trabalho com o objetivo de arrecadar fundos e materiais, bem como reconstruir coletivamente o Centro Comunitário. Foram também contratados, a baixo custo, pedreiros da região, ação que se tornou possível em decorrência das atividades coletivas de arrecadação de recursos financeiros. Em média, participaram cerca de dezesseis pessoas dos mutirões de trabalho, sendo que as atividades aconteceram aos sábados. Ao final de cada mutirão, nos reuníamos em almoços comunitários

proporcionados por membros da comunidade, que possibilitaram momentos de maior conexão entre os construtores. Em três meses, esse processo de produção coletiva se traduziu em uma casa habitada por um mosaico de cores e vivências, na articulação de práticas comunitárias previstas e inusitadas, bem como na produção de um “devir construtoras”, físico e subjetivo, nos corpos daqueles que vivenciaram este processo.

Por termos experimentado a intensidade deste processo, principalmente como psicólogas sociais, problematizaremos parcialmente o que foi literal e subjetivamente (re)construído a partir dos mutirões. Partimos do pressuposto de que o campo de forças de autogoverno que se desenhou neste processo possibilitou múltiplos efeitos, como a potencialização de sujeitos políticos, a construção e fortalecimento de redes afetivas e de trabalho, a revisão de pressupostos da Psicologia Comunitária do Cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2012); e, principalmente, a experimentação corporal de um “devir” construtoras dos lugares e da democracia que queremos.

Cartografias no cotidiano: construindo a pesquisa, reconstruindo o Ciranda

Na tentativa de estabelecer um percurso metodológico que pudesse nos ajudar a perceber e a problematizar teoricamente a reconstrução coletiva do Ciranda, optamos pela cartografia enquanto um caminho possível para mapear a pesquisa no cotidiano autoconstrutor (PASSOS; BARROS, 2010). Tal escolha se sustentou na percepção de que a cartografia se articula como uma proposta analítica que se mantém atenta

a processos visíveis e invisíveis que se desenham no cotidiano.

A Cartografia se relaciona à produção de mapas que se desenham em meio a encontros previsíveis e imprevisíveis que se tecem em contextos localizados. Deste modo, o processo cartográfico sugeriu que acompanhássemos os caminhos que se articularam ao longo da reconstrução coletiva do Ciranda, buscando mapear as condições que possibilitaram a emergência de algumas composições, experimentações e discursos (KASTRUP; BARROS, 2010). Deste modo, o percurso cartográfico nos possibilitou mapear rastros, visíveis ou não, que foram parcialmente percebidos e/ou inventados ao longo do processo de produção de “devir construtoras”.

Um processo cartográfico sugere a imersão no plano da experiência, ou seja, a ideia é praticar a cartografia e não simplesmente aplicá-la (PASSOS; BARROS, 2010). Logo, a experimentação de outras possibilidades de pensar e perceber a vida, e mais precisamente de vivenciar os encontros e condições que se desenharam durante a reconstrução coletiva do Ciranda, exigiu de nosso corpo de psicólogas sociais/pesquisadoras a disponibilidade para acolher e perceber o novo, bem como para apreender alguns conhecimentos teóricos prévios.

As experiências que se apresentaram durante o processo de reconstrução da Associação Ciranda da Cultura foram registradas em um diário de campo, que teve o objetivo de anotar e compartilhar impressões, sensações, comentários, entre outros detalhes. Escossia e Tedesco (2010) se referem a este processo de registro em um diário de

campo como necessário para transformar as intensidades vivenciadas na prática em novos conhecimentos, dando visibilidade às pluralidades que compõem o processo analisado.

A seguir, analisaremos parte dos mapas que se desenharam ao longo do processo de reconstrução do Ciranda, implicando em cartografias no cotidiano (LEÓN CEDEÑO; MANSANO, 2015). É relevante destacar que estes mapeamentos são apenas recortes de um campo múltiplo e complexo de experimentações que vivenciamos como “psicólogas construtoras”. Tais fragmentos tornaram possível “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando [parcialmente] conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 57).

Para tanto, elencamos os seguintes marcos conceituais para dar sentidos às experiências vivenciadas: os conceitos de “reconstrução responsável” e “saberes localizados” de Donna Haraway (1999); o conceito de “corpo” problematizado por Elis Telles (2015); bem como o conceito de “devir” tal qual articulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Tais parâmetros de análise serão problematizados a seguir.

A reconstrução responsável dos corpos: experimentando devir outros

A rede de “reconstrução responsável” (HARAWAY, 1999) do Ciranda se compõe a outras redes de articulação micropolítica, que produzem e vivenciam experiências de autoconstrução de símbolos físicos, materializados em suas próprias casas, possibilitando a organização da vida coletiva. Destacamos dois exemplos

deste modo de organização: a rede uruguaia de cooperativas da Federación Urbana de Viviendas por Ayuda Mutua del Uruguay (FUCVAM), que organiza cooperativas de autoconstrução de moradias, bem como a experiência venezuelana de construção do Acampamentos de Pioneiros e Pioneiras que, inspirados e conectados com a FUCVAM, autoconstróem coletivamente suas casas, espaços e modos de vida articulados a uma iniciativa maior, denominada Movimiento de Pobladores y Pobladoras (MOVIMIENTO DE POBLADORES, 2017).

Remeter a rede de reconstrução responsável do Ciranda a uma dimensão micropolítica implica, necessariamente, em conectá-la a uma dimensão macropolítica; afinal, “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90). As produções macropolíticas se fazem no cotidiano e operam macrodecisões e perspectivas instituídas/normativas. Nestas, porém, se articulam milhões de microlugares atravessados por políticas de cunho mundial, nacional e regional (SPINK, 2008). Produções micropolíticas implicam em deslocamentos imprevisíveis e um “mundo de microdeterminação, atrações e desejos” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 102).

As dimensões micropolíticas e macropolíticas, portanto, articulam um campo plural de forças em constante movimento, que implica em múltiplos efeitos no cotidiano. Exemplos desses efeitos podem ser vislumbrados no fato de o processo de reconstrução do Ciranda ter se dado em um momento e em um bairro em que, a partir da luta

comunitária, foi possível conseguir da prefeitura a reforma da escola municipal local e sua permanência no bairro, bem como a reconstrução da Unidade Básica de Saúde existente no território. O processo de luta também implicou no início do processo de melhorias da escola estadual de Ensino Fundamental II desta região

Logo, no processo de reconstrução responsável do Ciranda, nosso olhar de psicólogas sociais/pesquisadoras privilegiou discursos, intervenções e composições micropolíticas que se produziram ao longo dos mutirões de trabalho. Neste percurso, vimos emergir outras possibilidades de relação com o trabalho e com a coletividade, diretamente conectadas a processos de reivindicação, reinvenção e recuperação do espaço público. Estas produções podem ser elucidadas nas expressões de mulheres que se surpreenderam (e se alegraram) em perceber a capacidade com que seus corpos suportaram realizar serviços que, culturalmente, são considerados como de homem; o espanto de alguns deles em compartilhar o território supostamente masculino da construção civil com mulheres; o adolescente envolvido no tráfico de drogas que se sentiu, de algum modo, interpelado a participar de uma construção coletiva sem fins lucrativos; as agentes de saúde, assistência e educação que se implicaram no trabalho braçal; a mulher que sentiu os afazeres diários de modo mais vivo e útil e que vislumbrou possibilidades de vida em um período de constantes mortes na comunidade.

Estas composições micropolíticas nos indagaram sobre configurações sociais e singulares que se desenham em meio a processos de reconstrução coletiva.

Haraway (1999) se refere à reconstrução responsável como uma concepção de conhecimento que tem o propósito de produzir efeitos múltiplos de distanciamento, de conexão, de encarnação e de responsabilidade “com algum outro lugar imaginado que já podemos aprender a ver e a construir” (p. 122).

Este outro lugar (ou rede de outros lugares) se organiza cada vez menos em torno de eixos de dominação, assumindo a responsabilidade pela sua reconstrução. Contudo, ainda que desconstruir dinâmicas de dominação seja necessário, não é suficiente, pois é fundamental proceder à reconstrução responsável de lugares específicos do mundo; lugares que, articulando-se entre si, vão se mudando, mudando outros lugares, criando conexões e conhecimentos, implicando em movimentos.

Mas como reconstruir? Haraway (1999) não responde diretamente a essa pergunta, mas sua obra fornece pistas para pensarmos, quando problematiza que o olhar humano não tem como refletir uma suposta realidade, pois o que faz é “difratá-la”. Deste modo, a autora anuncia a necessidade de articular um olhar diferente daquilo que foi historicamente naturalizado, difratando significados em ações cotidianas e encarnando formas mais corporificadas de produzir objetividade.

Haraway (1999) propõe, ainda, não falar pelos coletivos, mas articular-se com eles; fortalecer “conexões parciais” com agrupamentos que busquem organizar-se cada vez menos em torno de eixos de dominação; produzir saberes localizados que gerem alternativas à cisão sujeito-objeto, já

que o conhecimento se cria justamente na conexão. A autora propõe, assim, um “circuito universal de conexões” (p.145), em que a objetividade se construa nos conhecimentos situados.

Em consonância com esses argumentos e vivenciando o cotidiano dessas conexões, partimos do pressuposto da existência de “redes de milhares de pequenos gestos” (LEÓN CEDEÑO, 2012), que implicam em perspectivas potentes de existência política, possibilitando a produção de modos de vida resistentes que se articulam nas fronteiras entre configurações hegemônicas e subalternas de vida, como exemplifica o trecho do relato sobre o primeiro dia de mutirão de trabalho:

(...) no final da manhã, o mutirão decidiu interromper momentaneamente as atividades para procurar coletivamente o dinheiro enterrado por um dos adolescentes pertencentes ao tráfico de drogas da região e que ficou soterrado nos escombros da construção. Rede que produziu no adolescente o desejo de, ao seu modo, fazer parte daquela ciranda. Momento em que se rompeu, ainda que provisoriamente, o muro invisível que separa trabalhadores do tráfico e as “pessoas de bem” da comunidade. Experiência possível de articulação e reconhecimento mútuo que está implicitamente vedada no cotidiano (Diário de campo).

Neste processo de reconstrução do Ciranda, vivenciamos intensamente as articulações de trabalho em rede, como perspectiva de ações que se organizaram por meio de conexões, vínculos, ações complementares, relações horizontais e interdependentes

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Deste modo, nos vimos convocadas a trabalhar em meio a uma rede articulada e solidária de pessoas, uma malha aberta, com furos, que possibilitou espaço para criações aleatórias e seus em múltiplos efeitos, como se verifica no relato do quinto dia de mutirão de trabalho:

Já temos um teto! Uma bela composição amarela de telhas e trabalho coletivo. Nova limpeza do espaço, a pente fino, rastelando detalhes e histórias. Chegaram três novos ajudantes para compor a ciranda. E assim a roda vai se tecendo entre piercings, tatuagens, chapéus de cowboys, capixabas e crianças. Dia de mandioca frita e chuchu retirados da horta de alguém. Do feijão que estava velho, mas que com uma pitada de tempero e experiência ficou macio e saboroso. Entre um pedaço e outro da melancia doada, fomos ouvindo as histórias do bairro e dos muitos outros mutirões vivenciados. Entre um pedaço e outro de melancia doada, soubemos que a casa em que nasce aos poucos o Ciranda já foi habitada por muitas outras histórias. Escola, baile, velório, igreja, referência de liderança comunitária. Uma moradora afirmou: “Lá nós festávamos e nós velávamos!” Entre um pedaço e o outro de melancia doada, sentimos que o Ciranda dará novamente existência a um lugar que já foi importante na vida e na morte de muitos moradores. Tudo ali, embaixo de uma bela composição de telhas amarelas e trabalho coletivo! (Diário de campo)

Assim, verificamos que o trabalho em rede está articulado à negação de arquiteturas rígidas e hierárquicas de

saberes e fazeres, possibilitando a produção de referências horizontais e abertas a novas composições. O trabalho em rede é o lugar da hospitalidade e do fortalecimento de laços comunitários, dando passagem para ao desejo, a experimentações e ao protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Neste percurso de produção micropolítica coletiva indagamos: o que nos ensina o corpo de construtoras? Ensina que criar corpo se relaciona com uma potência física e subjetiva de trabalho que se articula a partir de interferências tangíveis (TELES, 2015), bem como nos encontros inusitados que se articulam em processos de construção/reconstrução. E foi essa dimensão corporal que possibilitou nossa arriscada aposta por assumir uma casa abandonada e, sem praticamente nenhuma verba, implicar nossos corpos de psicólogas sociais/pesquisadoras na árdua tarefa de arrecadar coletivamente recursos de construção, financeiros e afetivos.

A dimensão corporal, portanto, tornou possível a conexão entre o nosso saber Psi e o processo de reconstrução Ciranda. A relação de nossos corpos com entulho, mato, telhas, paredes, tinta, com o trabalho coletivo realizado em silêncio e/ou cantando, nos almoços comunitários, na tentativa de resolver problemas coletivamente, produziu experimentações que possibilitaram construir momentos de uma Psicologia Social libertária, enraizada no corpo e baseada no cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2010).

Assim, articulamos a produção de uma Psicologia encarnada em um

compromisso que sustentava no corpo os efeitos das nossas palavras. Tal experimentação possibilitou a emergência em nós de uma postura enraizada à comunidade (KELEMAN, 1996). Destacamos que “ser enraizado é estabelecer uma relação com a terra. Ser corporificado é criar um corpo vivo – não apenas estar com o corpo ou em relação a ele - o seu corpo vivo cria as suas relações. O modo como vivemos nossos corpos é a história do nosso processo” (p. 25-26). Tal perspectiva pode ser elucidada no relato do quarto dia de mutirão de trabalho:

Dia de lavar, de vivenciar a terra molhada, de se misturar com o cheiro forte da argila. Dia de lavar coletivamente as telhas, de tentar arrancar delas algumas marcas, de entender que as telhas também têm sua história e que resistem em abrir mão de algumas manchas e rachaduras. Dia de descobrir que lavar as telhas implica em novas cores e de imaginar que o velho e o novo se entrelaçam em novas possibilidades. Dia de experimentar a força com que, por vezes, nos deparamos com processos de construção/desconstrução. Dia de lidarmos com encontros inusitados e doloridos. Dia de lamentar conjuntamente as mortes vivenciadas nas últimas semanas na comunidade. Dia de lamentar conjuntamente a violência com que a política brasileira vem se tecendo. Dia em que a construção comunitária possibilitou a alguém suportar a aflição de ser abandonada pela companheira amada. Dia em que alguém perdeu uma tia de 86 anos que estudava francês porque gostava de viajar. Dia que se desenhou de modo inusitado e nos lembrou de que há que se deixar seguir pelas águas

que insistem em lavar as telhas. Mãos coletivamente infiltradas e tecidas pela força das águas que insistem em lavar (Diário de campo).

Enquanto psicólogas sociais, somos construtoras de realidades subjetivas e objetivas nos territórios em que intervimos. Porém, tal dimensão torna-se dificilmente tangível, porque nosso trabalho é fundamentalmente imaterial, ou seja, uma configuração produtiva que envolve dimensões subjetivas, cognitivas, inventivas, sensíveis, afetivas e de sociabilidade (MANSANO, 2009). Partimos do pressuposto, no entanto, de que essas construções intangíveis se materializam de maneiras potentes se atrelarmos o trabalho imaterial ao trabalho físico (material), compondo dimensões físicas e subjetivas de ação coletiva.

A experimentação dessa composição (trabalho imaterial e material) implicou nosso corpo de psicólogas sociais/pesquisadoras a um processo de “devir construtoras”. Assim como analisam Deleuze e Guattari (1997), o devir é da ordem da aliança, o que implica que estar no campo do devir é se compor com conexões e encontros inusitados e, por vezes, inquietantes com o outro, que nos transformam, assim como é possível vislumbrar no relato do segundo dia de mutirão de trabalho:

Dia de quebrar paredes, de retirar o forro e de limpar escombros. Trabalhamos febrilmente e percebemos que o trabalho conjunto implica em mais potência do que cansaço. Nos experimentamos fisicamente fortes, valentes e coletivos. Não sabíamos disso explicitamente e ficamos

felizes. Sentimo-nos mais unidos com tudo isto. Constatamos um devir construtoras que suporta fisicamente a obra e se produz coletivamente (Diário de campo).

Ao falar de “devir”, portanto, nos referimos à produção parcial de formas diferentes de viver e de sentir, ou seja, composições de forças que articulam o devir como movimento, traçando novas singularidades. Assim, nas experimentações que se desenharam no processo de reconstrução coletiva da Associação Ciranda da Cultura, tivemos a oportunidade de articular outros modos de trabalhar e de existir, bem como de revisitar corporalmente algumas perspectivas da Psicologia Comunitária do Cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2012), que serão apresentadas a seguir.

Psicologia Comunitária do Cotidiano: coletivizando modos de trabalhar e de viver

A Psicologia Comunitária do Cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2012) está alicerçada nos princípios teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária que, segundo Montero (1994), destaca a importância da *união entre teoria e prática*, ou seja, uma produção mútua e incessante entre ações e a articulação de novos conhecimentos. Tal produção está alicerçada na premissa de um protagonismo social que implica em possibilidades de *transformação social como meta*, e que se tornam possíveis quando os integrantes da própria comunidade mobilizam recursos objetivos e subjetivos para agir sobre o seu cotidiano (princípio de *poder e controle na comunidade*).

Este processo, necessariamente, implica na reconstrução de outros modos de *socialização* e na produção de maneiras autogeridas e participativas de compreender e vivenciar o dia a dia. Este princípio de *autogestão e participação* se baseia no direito das pessoas da comunidade de detectarem suas necessidades, hierarquiza-las, determinar prioridades, decidir sobre as ações a empreender, realiza-las e avalia-las.

Destaca-se, portanto, a importância da participação conjunta das pessoas como modo de coletivizar demandas e de agir. No processo de reconstrução do Ciranda pudemos vivenciar a potência do trabalho coletivo e, principalmente, experimentar os múltiplos efeitos disso nos sujeitos envolvidos. Tais composições se materializaram em políticas públicas de Assistência Social e Saúde articuladas em parceria com usuários; em encontros com profissionais e estudantes que moram nos territórios próximos ao Ciranda e que relataram produzir novos sentidos sobre a comunidade após a participação na reconstrução coletiva; nos jovens trabalhadores do tráfico de drogas que consideraram a importância de cuidar de um espaço coletivo, entre tantos outros exemplos experimentados ao longo do processo de realização dos mutirões de trabalho.

Logo, tivemos a oportunidade de assistir e vivenciar os princípios que balizam o campo teórico e de intervenção psicossocial comunitária, bem como os princípios complementares propostos na Psicologia Comunitária do Cotidiano, a saber: “a contradição somos nós” (complementar à “união entre teoria e prática”); o “direito à beleza” (complementar ao princípio de

“transformação social como meta”); os “muros invisíveis” (complementar ao “poder e controle na comunidade”); “potencialização” (que complexifica o princípio de “conscientização”), “centralidade das relações” (complementar ao princípio de “socialização”) e “ajudar sem atrapalhar” (que complementa a “autogestão e participação”) (LEÓN CEDEÑO, 2012).

A reconstrução coletiva também contribuiu, ainda que parcialmente, na diluição de “muros invisíveis” (LEÓN CEDEÑO, 2012) duramente erguidos em quinhentos anos de opressão no continente latino-americano. Muros invisíveis construídos objetiva e subjetivamente a partir de relações assimétricas de classe social, gênero, etnia, raça, entre outros marcadores sociais de diferença que demarcam diferentes – e desiguais – modos de vida entre a população.

Contudo, estes muros invisíveis, ao serem subjetivamente implodidos no trabalho lado a lado e no suor físico e afetivo da reconstrução, permitiram conexões inusitadas, ou seja, materialidades e subjetividades que se constituíram mutuamente e que deram passagem à produção de outras possibilidades de trabalhar, de produzir ciência e de viver em comunidade, assim como demonstra o relato do primeiro dia de mutirão de trabalho:

O mutirão de reconstrução responsável do Ciranda emergiu, inicialmente, em meio a mulheres de 19 a 70 anos. Limpamos o lixo, os entulhos e subimos ao telhado para tirar as telhas, o que possibilitou alegria e surpresa em nos perceber fisicamente capazes de transitar por um território tido

como masculino. Os poucos homens que ali chegaram nos pareceram intrigados e incomodados com aquele cenário. Como eles estavam em poucos, tiveram que lidar com o apoio das mulheres. Juntos, subimos no telhado para tirar as telhas velhas e dar lugar a novas possibilidades (Diário de campo).

Apostamos, portanto, que a experimentação como psicólogas sociais de um devir coletivo de pedreiras, limpadoras e articuladoras de redes, entre outras experimentações, deu passagem a composições resistentes que possibilitaram outros modos de se fazer psicologia e de se conectar no cotidiano, assim como elucida o relato do nono dia de mutirão de trabalho:

Dia de colorir as paredes do “saguão”, espaço que já foi ocupado por festas, estudos, romances e velórios. Como metáfora deste lugar de passagem, nos deparamos novamente com a participação e o diálogo com um adolescente do bairro, que fora produzido na relação com o tráfico de drogas da região, com a situação de rua, com as experiências como marceneiro e pintor e com o amor e loucura de sua mãe. Ele veio nos ensinar como pintar paredes coletivamente e, principalmente, nos ensinar como é possível fazer psicologia nas fissuras afetivas e coloridas das paredes. Ele também nos ensinou como conseguir, com sucesso, que os traficantes locais não guardem mais drogas nem dinheiro no espaço do Ciranda, afinal, “nóis ta fazendo um bagulho de respeito pra atender a comunidade” (sic). O adolescente camaleônico nos ensinou, por fim, que um corpo insistentemente violentado pode

partir a qualquer momento. Ele chegou, okupou e partiu (Diário de campo).

Começamos, portanto, com uma casa “muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada”, tal qual a música infantil de Vinícius de Moraes, e terminamos com um local majestosa e coletivamente erguido, pintado, grafitado, afetivamente produzido, artisticamente inaugurado, suficientemente bom. E o que queremos, assim como anuncia Haraway (1999), não é um final feliz, mas um não final.

Conclusões provisórias: o que estamos construindo

Articulamos, logo existimos (HARAWAY, 1999, p. 150)

Na experimentação descrita, entendemos que a reconstrução responsável proposta por Haraway (1999) implica em materialidades e subjetividades que, constituindo-se mutuamente, possibilitam produções que giram cada vez menos em torno de eixos de dominação. Vivenciar no corpo este processo possibilitou a desconstrução parcial de algumas relações desiguais, bem como a nossa implicação como psicólogas sociais/pesquisadoras na construção de outros modos de trabalhar e de viver no cotidiano, sejam estes singulares ou coletivos.

Haraway (1999) argumenta que os conhecimentos são parciais e marcados, e sua única possibilidade de crescimento encontra-se na responsabilidade. Vivenciamos esta frase de forma encarnada ao nos depararmos com muros invisíveis que cindem o trabalho do intelectual e o trabalho do pedreiro; a mulher universitária e as mulheres da

comunidade – embora já haja universitárias da comunidade -; o adolescente traficante e a “pessoa de bem”. Muros invisíveis que, de antemão, colocaram os participantes dos mutirões de trabalho em posições desiguais. Entretanto, ao serem parcialmente implodidos, por meio do trabalho lado a lado, possibilitaram a emergência de conexões diferentes, materialidades e subjetividades que se constituíram mutuamente e que deram passagem para a articulação de possibilidades micropolíticas de vida.

Em nós, esse processo implicou nossos corpos de psicólogas sociais/pesquisadoras como aprendizes da construção. Tal experimentação, ao invés de banalizar nossa profissão de psicólogas, nos convidou a produzir modos mais situados, coletivos e respeitosos de exercer a psicologia. Ao colocar intensamente nossos corpos no trabalho material, experimentamos a criação de outras maneiras de nos conectarmos com nosso corpo e com as pessoas.

A introdução da corporeidade, portanto, torna-se importante para contribuir com a mudança do predomínio que a dimensão racional teve e tem na construção de formas de pensar, de intervir e de nos subjetivarmos. Dar lugar à corporeidade implica também fortalecer a luta para que corpos periféricos ocupem espaços nas universidades e que corpos universitários vivenciem a vida que se desenha nas periferias. Logo, assim como ressalta León Cedeño (2006, p.59): “Responsabilizando-nos pela parcialidade do nosso olhar e pela posição a partir da qual conhecemos, podemos nos responsabilizar por construirmos novas conexões parciais

que construam uma visão melhor, mais adequada e objetiva, que transforme nossas posturas e também nossos mundos”.

Estamos construindo micropoliticamente formas diferentes de devir outro. Corpos fortes e flexíveis se produzem a partir de interferências que nos são colocadas no cotidiano (TELES, 2015). Fortes para a autoconstrução da ciência e da democracia que queremos e da reivindicação dos nossos direitos. Flexíveis para a autoconstrução de recantos de paz em meio às guerras que compõem de modo mais explícito o cenário das periferias latino-americanas, guerras não convencionais que se articulam atualmente em países como o Brasil e, mais explicitamente, na Venezuela.

Finalizamos dizendo que estamos vivendo processos de reconstrução responsável da democracia participativa, entendendo-a como a criação de dispositivos em que

os cidadãos têm a possibilidade de ir além de propor sugestões, executando diretamente as políticas públicas. Desta forma, o povo organizado passa diretamente a exercer diversas tarefas que tradicionalmente estavam a cargo das instituições de governo, especialmente os executivos municipais (SCHEIDT, 2016, p. 7)

Pode parecer contraditório que uma instituição pública (COHAB), proprietária do centro comunitário em que renasceu o Ciranda, responsabilize um coletivo de pessoas pela reconstrução de um prédio público. Processos como este correm o risco de serem cooptados por políticas de cunho neoliberal, pois as pessoas são estimuladas a recuperar seus espaços e

arrecadar os recursos para isso, enquanto as instituições podem ficar com o reconhecimento por estas ações e apropriar-se dos locais posteriormente. Estamos, então, em uma arena de disputas e negociações em que precisamos movimentar-nos cuidadosamente. Contudo, pensamos que este é um momento de transição para uma aposta maior: reconstruir possibilidades micropolíticas de trabalhar e de viver em conexão com redes autogeridas, bem como avançar na construção de macropolíticas que defendam direitos coletivos e a produção de conhecimentos científicos sensíveis, críticos e localizados.

Referências

- CONSELHO DE PSICOLOGIA. Trabalho em rede: uma resposta sempre complexa e necessária à desconstrução do manicômio. **Conselho Federal de Psicologia Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: CFP, 2013.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Volume 4), Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- ESCÓSSIA, L; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 92 – 107, 2010.
- GONZÁLEZ, M.; BURGUETE, A; ORTIZ, P. **La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina**. Quito: FLACSO, 2010.
- HARAWAY, D. Las promesas de los monstruos: una política regeneradora para otros inapropiados/bles. **Política y Sociedad**, v. 30, pp. 121-163, 1999.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 32-51, 2010.
- KASTRUP, V.; BARROS, R. B.. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 76-91, 2010.
- LEÓN CEDEÑO, A. A. **Psicología Comunitaria de lo Cotidiano**. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012.
- LEÓN CEDEÑO, A. A.; MANSANO, S. R. V. Cartografías de lo cotidiano: aproximaciones entre academia y comunidad. **Universitas Psychologica**, v. 14, n. 5, p. 1695-1706, 2015.
- MANSANO, S. R. V. Transformações da subjetividade no exercício do trabalho imaterial. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, vol.9, n.2, p. 512-524, 2009.
- MONTERO, M. **Psicología Social Comunitaria. Teoría, método y experiencia**. México: Universidad de Guadalajara, 1994.
- MOVIMIENTO DE INQUILINOS. Movimiento de Pobladoras y Pobladores: lucha por la ciudad y el socialismo. Disponível em <http://movimientodeinquilinos.blogspot.com.br/p/movimiento-de-pobladores.html> Acesso em 17.07. 2017
- PASSOS, E.; BARROS, R.B.. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31, 2010.
- PUJOL, J.; MONTENEGRO, M.; BALASCH, M. Los límites de la metáfora lingüística: implicaciones de una perspectiva corporeizada para la práctica investigadora e interventora. **Política y Sociedad**, vol. 40, nº. 1, p. 57-70, 2003.

SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, vol. 20, no. Especial, pp. 70-77, 2008.

SCHEIDT, E. A democracia participativa na Venezuela da era Chávez e a questão dos Conselhos Comunais: transformações em direção a uma nova cultura política? In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2016, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2016. p. 1-16.

TELES, E. **A Lógica do cuidado por um corpo articulado: interferências entre dança**

e intervenção na política de Assistência Social. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

*Recebido em 2017-0-14
Publicado em 2017-11-03*